

1 **ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL REALIZADA EM**
3 **19/09/2006.**

4
5
6 Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, no auditório Shirley
7 Palmeira, pertencente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –
8 SEMA, situado a Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, Quadra 03 Setor 03 –
9 Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, com início às 08:30h realizou-se a quarta
10 reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, onde estiveram
11 presentes os seguintes membros do conselho: Thomaz Lipparelli, suplente representante
12 da SEMA; Carlos Henrique Lemos Lopes – titular representante da Secretaria de Estado
13 de Produção e do Turismo; Márcio Luiz Calado, suplente representante da Secretaria de
14 Estado de Produção e do Turismo; Eduardo Francisco dos Santos – titular representante
15 da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Habitação; Alexandre Luís Giehl – titular
16 representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário; Paulo Sérgio
17 Gimenes, suplente representante da Secretaria de Desenvolvimento Agrário; Adevanir
18 Fátima da Silva – suplente representante da Secretaria de Estado de Planejamento,
19 Ciência e Tecnologia; Daniela de Almeida Nantes representando o titular Whirley Martins
20 Colombo representante do CIDEMA; Rodrigo Cazelli, suplente representante do CIABRI;
21 Nilo Peçanha Coelho Filho, suplente representante do COINTA; Giancarlo Lastória, titular
22 representante da UFMS; Antônio Victor L. Baptista, suplente representante do IPRH;
23 Luiz Carlos Ferreira, titular representante da SODEPAN; Ramão E. F. Jardim, titular
24 representante da AEAMS; Álvaro Francisco Martins Borges, suplente representante da
25 SINDIVET; Belkiss Gomes Nunes Gratão, suplente representante da UNIPAN; Ariane
26 Sirugi, representando a suplente Lívia Carvalho dos Santos representante da Águas
27 Guariroba; Paulo César Gomes da Silva, suplente representante da CODESP/ AHIPAR;
28 João Augusto Dias Silva, suplente representante da FIEMS; Eduardo Corrêa, suplente
29 representante da MS PEIXE; Lincoln Corrêa Curado, titular representante da FAMASUL;
30 Thiago Arantes, suplente representante do Sindicato Rural; Roberto Folley Coelho, titular
31 representante da APAI/MS; Eduardo Folley Coelho, titular representante da ATRATUR.
32 Também se fizeram presentes: José Arthur Figueiredo, prefeito de Bonito/MS; Ângelo
33 Lima – WWF Brasil; Eduardo – prefeitura de Bonito/MS; Luciene – prefeitura de
34 Corumbá; Gilmair Arraes F. Sá – SES/MS. Dando início à reunião o Sr. Thomaz Lipparelli
35 se apresentou como atual Superintendente de Recursos Hídricos e da Pesca, onde em
36 questão de dois meses assumiu esta nova pasta, sendo-lhe dada esta missão também
37 de organizar, reestruturar a questão da Gerência de Recursos Hídricos dentro da
38 Superintendência. Dá prosseguimento à reunião dizendo que para não atravancar a
39 pauta da reunião, já fez a primeira apresentação e que se encontra com a documentação
40 que dará posse aos novos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sendo
41 que está para leitura e assinatura dos mesmos. Diz que pela formalidade o presidente é
42 quem deve empossá-los, porém também pode ser passado pela informalidade,
43 sugerindo que ele possa dar posse aos demais representantes, titulares e suplentes, se
44 não houver nenhuma objeção da plenária, não havendo, assim prossegue solicitando as
45 assinaturas dos titulares e suplentes, dando encaminhamento de posse ao titular do
46 Conselho (CERH), representante da SEPROTUR – Sr. Carlos Henrique Lemos Lopes;
47 na seqüência tomaram posse: o Sr. Márcio Luiz Martins Calado, suplente representante
48 da SEPROTUR; o Sr. Eduardo Folley Coelho, titular, representante da ATRATUR; o Sr.
49 Paulo Sérgio Gimenez, suplente, representante da Secretaria de Desenvolvimento
50 Agrário (SDA). Segue a reunião comunicando que a ata da reunião anterior ocorrida em

51 dezessete de maio de dois mil e seis foi encaminhada via e-mail a todos os conselheiros
52 e verifica da possibilidade de ser feita a leitura, sendo que a plenária diz não haver
53 necessidade. É perguntado se há algum destaque a ser considerado na ata, não
54 ocorrendo nenhum destaque, a ata da 3ª reunião ordinária realizada em 17 de maio de
55 2006 é considerada aprovada e assinada pelos presentes na referida reunião. Dando
56 continuidade a pauta, o item nº4 trata da aprovação do regimento interno do Comitê da
57 Bacia Hidrográfica do Rio Miranda. É feita a pergunta se todos têm em posse o
58 Regimento e pedido para que o representante do Comitê faça o uso da palavra para
59 apresentação do referido regimento aos demais membros do Conselho. Quando a Srª
60 Belkiss pede para fazer uso da palavra, voltando ao assunto da aprovação da ata da
61 reunião anterior, solicitando correção onde consta na linha 18 de segunda suplente para
62 primeira suplente, sendo feita a correção. De volta ao item, regimento interno do Comitê
63 da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda o Sr. Ângelo Lima representante da WWF Brasil,
64 faz uso da palavra para apresentar aos conselheiros o regimento em questão: inicia sua
65 fala dizendo que bastantes pessoas que se encontram aqui participaram da discussão
66 deste regimento, e que na realidade o regimento interno do Comitê da Bacia Hidrográfica
67 do Rio Miranda vem sendo discutido desde o ano passado, quando foi feita uma oficina
68 no hotel Chácara do Lago onde estiveram presentes várias pessoas que estão aqui e
69 muitos membros do conselho fizeram a leitura do próprio regimento, inclusive a Flávia
70 Barros da Agência Nacional das Águas auxiliou na elaboração, quando esteve presente
71 numa reunião do conselho (CERH). Então o regimento está bem estudado, bem
72 analisado, com alguns apanhados de regimentos de outros Comitês de Bacias e
73 adequado aqui para a região. Diz que não é o caso de fazer uma leitura, mas se as
74 pessoas quiserem fazer alguma pergunta sobre algum item do regimento pra melhor
75 esclarecimento, está à disposição. Comenta ainda que no Comitê ele já foi aprovado,
76 consensualmente, tanto o regimento quanto a Diretoria do Comitê. Então fica isto como
77 uma proposta, de não fazer a leitura, considerando a participação efetiva do grupo e que
78 está aberto para na próxima ou próximas reuniões sugestões que venham colaborar no
79 incremento, na melhoria deste trabalho. É colocado em votação essa questão e todos
80 estando de acordo, é aprovado o regimento. Dando seqüência ao item número cinco da
81 pauta da reunião, com relação à Posse da Diretoria do Comitê de Bacia Hidrográfica do
82 Rio Miranda. O Sr. Thomaz pede para que seja explicado como foi feita essa eleição do
83 referido Comitê. E é explicado que assim como no regimento interno, também teve esse
84 trabalho de discussão anterior sobre a proposta dos membros da Diretoria, inclusive no
85 regimento que foi levado à maioria, mudou em relação à Diretoria que anteriormente a
86 proposta era de um presidente, dois vice-presidentes e um secretário executivo. E na
87 reunião anterior do Comitê foi mudado para um presidente, um vice-presidente e um
88 secretário executivo. Nesse caso foi feita a proposta que inicialmente o presidente fosse
89 do poder público, no caso o poder público municipal, o vice-presidente que fosse
90 representante dos usuários e o secretário executivo, um representante de uma
91 organização civil. Foi feita uma reunião, um pouco separadamente e cada Instituição foi
92 escolhendo, discutindo e conversando sobre esses representantes e chegaram à
93 indicação do Prefeito de Bonito, Sr. José Arthur para Presidente do Comitê, o Sr. José
94 Aparecido Gonçalves, representante de usuários do Sindicato Rural de Miranda e
95 Bodoquena para vice-presidente e o Secretário Executivo, o representante da
96 ASPADAMA que é o Sr. Felipe Augusto Dias que também trabalha na UCDB, então a
97 partir de cada segmento foram escolhidos esses nomes e depois levado ao plenário
98 onde consensualmente as pessoas presentes aprovaram na reunião do Comitê, que teve
99 quorum, mais de vinte pessoas presentes. Nesse caso, chegaram a essa Diretoria com
100 uma composição bastante interessante, pois há um representante do poder público

101 municipal, já que em muitas vezes é sabido que o município tem certa dificuldade em
102 compreender da Bacia Hidrográfica como uma unidade de planejamento, inclusive a
103 municipal, então a importância de trazer um presidente, um representante de prefeitura é
104 fundamental pra que as outras prefeituras também participem do Comitê de Bacia, não
105 somente através de ser membro, mas também de outras formas de participação. A
106 respeito dos usuários nem é preciso dizer muito da importância desse segmento para
107 composição da Diretoria. O Secretário Executivo, através da ASPADAMA, o Felipe, pela
108 importância, pelo trabalho que ele vem exercendo ao longo dos anos, não só como
109 ASPADAMA, mas também como professor que tem um estudo amplo no trabalho, na
110 Bacia do Miranda, na Bacia do Paraguai e também na Bacia do Paraná. Esse processo
111 foi consenso no Comitê de Bacia, e eleição da Diretoria, feita a partir dessa discussão. O
112 Sr. Thomaz agradece ao Sr. Ângelo pelo esclarecimento e na seqüência dá posse aos
113 membros da Diretoria do Comitê de Bacia do Rio Miranda, convidando o Sr. Presidente –
114 José Arthur Soares Figueiredo – Prefeito de Bonito/MS para assinatura do Termo de
115 Posse, sendo aplaudido, uma vez que é um ato histórico, é chamado para assumir a
116 vice-presidência o Sr. José Aparecido Fernandes Gonçalves, representante do Sindicato
117 Rural de Miranda e Bodoquena, sendo também aplaudido, é convidado para assumir
118 como Secretário Executivo, o Sr. Felipe Augusto Dias, representante da ASPADAMA –
119 Associação dos Pescadores Amadores. E o Sr. Thomaz Lipparelli assina o Termo de
120 Posse assumindo como titular, representante da SEMA no Comitê de Bacia Hidrográfica
121 do Rio Miranda. Dando continuidade a pauta da reunião, encaminhamento e publicação
122 das Moções referente à: Moção nº 01 de 17 de maio de 2006 – trata da posição dos
123 membros do Conselho contrária a extinção do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e
124 pede providências para a estruturação do mesmo. Ela já foi assinada pelo Presidente do
125 Conselho e lida em sua íntegra como segue: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
126 AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
127 HÍDRICOS - MOÇÃO Nº 01, DE 17 DE MAIO DE 2006. O CONSELHO ESTADUAL DE
128 RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº
129 2.406, de 29 de janeiro de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 11.621, de 1 de junho
130 de 2004, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela
131 Resolução nº 01-CERH, de 25 de outubro e 2005, e considerando as atribuições
132 conferidas pela Lei 2.406/2002 que estabelece no artigo nº 33 que o Conselho Estadual
133 de Recursos Hídricos - CERH exerce funções normativas, deliberativas e consultivas
134 pertinentes à formulação a implantação e o acompanhamento da política estadual de
135 recursos hídricos. Relembrando que o artigo nº 45 da Lei 2.406/2002 cria o Fundo
136 Estadual de Recursos Hidricos com a finalidade de dar suporte financeiro a execução da
137 política estadual de recursos hídricos. Tendo em vista que foi encaminhado pelo Poder
138 Executivo ao Poder Legislativo o Projeto de Lei que cria o Fundo Estadual de Meio
139 Ambiente, extinguindo o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, aprovado em primeira
140 votação, sem que o mesmo tenha sido avaliado pelo CERH. Destacando que a Política
141 Estadual de Meio Ambiente e a Política Estadual de Recursos Hídricos e respectivos
142 sistemas de gerenciamento são diferenciados e funcionam de forma independentes,
143 constituídos também pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental e Conselho Estadual
144 de Recursos Hídricos, ambos com características e atribuições diferenciadas,
145 deliberativos e com autonomia. Indignados com a desconsideração dos fundamentos e
146 diretrizes da gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos, que compartilha as
147 decisões entre o poder público, sociedade civil e usuários. Visando enfatizar, resgatar e
148 fortalecer as funções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e das instituições que
149 fazem parte do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, resolve: Aprovar
150 MOÇÃO dirigida ao Senhor Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

151 e à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul,
152 recomendando que, no âmbito de suas respectivas competências e possibilidades: Ao
153 Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para que fortaleça as
154 atribuições do CERH e que os projetos de leis que incidam sobre a Política Estadual de
155 Recursos Hídricos e atribuições do CERH sejam devidamente resguardadas e
156 encaminhadas antecipadamente ao plenário do referido Conselho. Ao Presidente da
157 Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e Deputados Estaduais a
158 manutenção do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, conforme previsto nos artigos nº
159 45 e 46 da Lei 2.406/02 com finalidade de oferecer a sustentabilidade ao funcionamento
160 da política de recursos hídricos e do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.
161 Caso persista a discussão sobre o Projeto de Lei no âmbito da Assembléia Legislativa,
162 sugerimos ainda, que o mesmo possa ser analisado de forma construtiva pelo plenário
163 do CERH. JOSÉ ELIAS MOREIRA - Presidente do Conselho. Com a palavra o Sr.
164 Geancarlo, representante da UFMS diz não saber se é possível pedir abstenção porque
165 como outros colegas, o próprio Eduardo, conselheiro também no CECA. No CECA foi
166 aprovado, e o próprio Secretário com a sua assessoria jurídica fez uma disposição do
167 porque da criação do FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente e isso acabou sendo
168 aprovado pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental, o Ramão também esteve
169 participando, foi aprovado no CECA a criação do Fundo, diz se sentir numa situação
170 constrangedora devido a aprovação da criação do Fundo, com as justificativas que foram
171 feitas, inclusive os benefícios que podem ser anexados ao próprio Fundo Estadual. O
172 Recurso Hídrico seria beneficiado, e sendo aprovado no CECA, não sabe se é possível
173 ter abstenção. Em seguida o Sr. Eduardo Coelho representante da ATRATUR faz uso da
174 palavra e pede ao Sr. Geancarlo para explicar melhor a respeito do Fundo Estadual de
175 Meio Ambiente e dependendo da explicação sugere não fazer esta moção, conhecendo
176 o motivo pelo qual o CECA concordou com o FEMA. O Sr. Geancarlo fala que a
177 alegação na época da reunião do Conselho Estadual de Controle Ambiental é inclusive
178 com a exposição da Dr^a Márcia, assessora jurídica da Secretaria de Estado de Meio
179 Ambiente e Recursos Hídricos, é que o Fundo estaria sob controle do próprio CECA,
180 haveria uma prestação de contas pelo próprio Conselho e a Secretaria de Meio Ambiente
181 e Recursos Hídricos, que hoje todas as taxas recolhidas não retornam
182 especificadamente para a SEMA, os processos para vistoria, lembra que no ano passado
183 a SEMA tinha recolhido mais de quatro milhões e desse dinheiro nada retornou
184 diretamente para a Secretaria, esses recursos entram na fonte única do Estado, e com a
185 criação do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA, isso daria mais agilidade e
186 poderia ser gerido de uma forma mais direta pela Secretaria e evidentemente aos
187 Conselhos específicos. Essa foi a alegação na época e aprovação no CECA da criação
188 do Fundo. O Secretário Executivo – Sr. Thomaz faz uma consideração: diz que não
189 estava presente na reunião anterior, mas que está sendo alertado que foram votadas as
190 moções na reunião passada e que o que está sendo feito é apenas a leitura, até porque
191 já foram assinadas e está para encaminhamento, mas está aberta a questão de se fazer
192 questionamentos. O Sr. Ramão Jardim representante da AEAMS, Associação dos
193 Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso do Sul, com a palavra, fala da lembrança
194 daquela reunião e que foi alegado de que haveria necessidade de uma reformulação do
195 projeto, porque não estava bem clara a maneira de como seria gerido este Fundo, era
196 favorável a criação do Fundo, desde que ele fosse gerido pelo Conselho Estadual de
197 Controle Ambiental. Não se sabe se esse projeto que foi pra ser aprovado consta
198 especificamente isto, porque o que existe em muitas vezes é a criação da lei e a
199 regulamentação após, causando problemas, muitas às vezes e como suplente do CECA
200 não pode votar, estaria tranqüilo para votar agora, e o que deixa bem claro é que não

201 tiveram conhecimento amplo do que foi para a Assembléia. Ouviram a explicação do
202 Secretário, mas não tomaram conhecimento. Pergunta se vamos ser um Conselho
203 deliberativo perante a lei, dentro desta nova formatação de um Conselho. Comenta ainda
204 que ficou muita dubiedade, e que parece que já está pra ir para segunda votação na
205 Assembléia e se, não se engana, encontra-se no gabinete do próprio Rigo, não sabe
206 para que. Sua sugestão é que haja uma manifestação urgente, ficando em dúvida se
207 aprova o FEMA, porque não tem conhecimento se vão ser adotadas àquelas sugestões
208 propostas. Com a palavra o representante da SEPROTUR fala que hoje está sendo feita
209 somente a leitura e não uma nova votação. O Sr. Álvaro Borges representante da
210 SINDVET – Sindicato dos Médicos Veterinários, com a palavra fala que, o que está
211 sendo questionado é que o Conselho de Recursos Hídricos tem que analisar esta lei, o
212 que não foi feito, não passou pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Na
213 seqüência faz uso da palavra o Sr. Roberto Folley Coelho – representante da APAI,
214 Associação dos Produtores de Arroz e Irrigantes, dizendo que cada conselho tem a sua
215 competência e que a diversidade é importante, considerando também que cada
216 conselho tenha sua fonte de recursos, como está previsto em lei. Continua dizendo que a
217 tendência do Governo do Estado, do Poder Executivo é centralizar os recursos num só, e
218 depois direcionar para o problema mais sério, e se acatarem uma posição de
219 subordinação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao Conselho Estadual de
220 Meio Ambiente, estarão se acabando, se suicidando. Lembra ainda que, talvez muitos
221 não estivessem presentes, mas foi discutido por mais de duas horas quando foi decidido
222 colocar essa moção. Então ela foi trabalhada, pode ser melhorada a gramática, o texto,
223 mas como participante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, diz se for pegar o
224 recurso que deveria estar baseando as ações do conselho e “jogar” todos os recursos
225 num só “cesto” é o mesmo que estar anulando o Conselho Estadual de Recursos
226 Hídricos. Visto que o Estado tem uma demanda de trabalho imenso. O Estado precisa
227 fazer a fiscalização dos assuntos da Pesca, do licenciamento ambiental etc., o Estado
228 tem muitas atribuições. Toda idéia desses conselhos é haver mais participação da
229 sociedade. Não é porque os que são conselheiros no CECA estão participando do
230 conselho vão desprezar o trabalho deste Conselho. A sua sugestão é que mantenha a
231 moção, pois a Política Nacional de Recursos Hídricos prevê este tipo de recurso. Não vê
232 o porquê de misturar tudo, senão esse dinheiro vai também pra sustentar a Polícia
233 Florestal, ressaltando que as atribuições do Estado são imensas. E a razão para estar
234 detalhando e criando conselhos é para que cada setor tenha a atenção merecida. Diz ser
235 contra jogar tudo num só “saco” e deixar tudo pro executivo resolver. Diz ainda que se
236 estão pensando que o poder executivo vai chegar no CECA e detalhar um orçamento e
237 então vai acontecer conforme for deliberado pelo Conselho, afirma que não vai e diz ser
238 testemunha, pois o FUNDERSUL fez desse jeito. O Fundersul é dinheiro que foi retirado
239 da sociedade e está servindo pra outras finalidades, menos ao que foi proposto. O FEFA
240 que é o Fundo Estadual e Controle da Aftosa é dinheiro do produtor rural, é dinheiro dos
241 Frigoríficos. O Governo foi até lá, expulsou as representações de classe de dentro do
242 FEFA fez o que quis com o dinheiro e ainda não existe a sanidade animal no Estado. Diz
243 ser contra, e acha que o Conselho Estadual de Meio Ambiente tem que manter o Fundo
244 dele. O Sr. Felipe representante da ASPADAMA faz uso da palavra e reforça o que o
245 Roberto falou quanto às origens dos recursos que são diferentes, resalta que o Meio
246 Ambiente está com problemas porque a origem dos recursos que vem do licenciamento,
247 em vez de ser aplicado na Secretaria de Meio Ambiente, “caí” num caixa único. Se criado
248 um caixa único para os dois Conselhos incorrerá nisso. Foi bem lembrado por ele, que o
249 FUNDERSUL, FEFA e estar trabalhando recursos hídricos dentro do Estado e o recurso
250 estar sendo destinado a pagar contas de PREVISUL, Previdências, sabem-se lá o que. O

251 recurso que deveria estar sendo aplicado nos recursos hídricos está pra lá, porque não
252 temos um fundo de recursos hídricos. Esse Fundo tem que ser criado, e não pode ser
253 juntado com outra coisa. Na seqüência o Sr Ângelo representante da WWF lembra que
254 estava presente na reunião anterior e ajudou a elaborar a outra moção, uma vez que
255 foram formados dois grupos e feita a leitura na reunião do Conselho, como também foi
256 aprovada. Cada reunião é autônoma pra discutir, mas fique registrado que foi feita a
257 leitura inclusive. Também lembra que, além disso, que já falaram, lembra-se que na
258 proposta que estava lá na Assembléia, inclusive da junção dos fundos, da extinção do
259 fundo. É bom lembrar que não iria discutir de que forma iria executar o recurso, porque
260 no Fundo Estadual de Recursos Hídricos, a lei que prevê o Fundo, está dizendo que ele
261 vai discutir também como executar o recurso que vem do Fundo, no caso essa lei estava
262 dizendo que apenas iria discutir dar o detalhamento de onde foi gasto, se assim
263 acontecer, sabe-se do risco que se corre. O Sr. Eduardo Coelho faz uso da palavra
264 dizendo achar que esse assunto já está superado, ficando definido que é pra fazer a
265 moção. Pede pra que não se perca mais tempo discutindo a respeito disso. Na parte da
266 redação tem um lugar que fala: Fundo Estadual de Recursos está faltando à palavra
267 Hídricos; tira própria, fica autonomia, porque autonomia própria é redundante. Logo
268 abaixo tem uma palavra comparte, pode ser que esteja errada. Propõe que seja entregue
269 pessoalmente ao presidente da Assembléia, porque se não, chega esse documento lá na
270 Assembléia e ninguém lê. Sugere marcar pra uma comissão do Conselho ir até lá
271 entregar em mãos do presidente da Assembléia. O secretário executivo – Thomaz
272 Lipparelli aprova a sugestão comprometendo-se a convidar àqueles que gostariam de
273 participar da solenidade de entrega do documento, que seja feita a inscrição e fica feito o
274 convite oficial o mais tardar pra próxima semana. Continua dizendo que o Secretário
275 chega agora na quarta-feira e assina. É preciso ver a agenda do presidente da
276 Assembléia pra nos receber. O Sr. Eduardo faz uso da palavra para sugerir que seja
277 modificada a frase do texto onde consta “anulação participativa” escreva-se
278 “preocupados com a desconsideração”. O Secretário executivo reforça dizendo:
279 desconsideração da gestão participativa, pois a gestão é participativa, então o que o ato
280 levou, é desconsiderar essa plenária às decisões deliberadas pelo Conselho, então é
281 feita à correção da seguinte maneira: Preocupados com a desconsideração dos
282 fundamentos e diretrizes da gestão da política estadual de recursos hídricos, que
283 compartilhe as decisões. Com a palavra o Sr. Álvaro, representante do Sindicato dos
284 Médicos Veterinários, fala que deveria dar publicidade a esse documento e ver se tem
285 condições de publicar em jornais, enfim, não adianta ser entregue e a comunidade não
286 ter conhecimento dessa situação, como também submeter inclusive a algumas entidades
287 representativas ligadas ao setor de produtores rurais, sindicatos, famasul e outras
288 entidades. Essa sugestão é colocada em votação, momento em que houve interrupção
289 para o questionamento a respeito da correção do texto onde está escrito “preocupado”,
290 escreve-se, nós estamos indignados, pelo menos foi esta a manifestação feita na última
291 reunião. É colocada para aprovação, assim sendo aprovado. O Secretário Executivo
292 pergunta se ainda há alguma correção do texto, não havendo, é aprovada a moção nº
293 01, de 17 de maio de 2006. Foi colocada também em votação a questão da publicidade
294 dessa moção, sendo que o Secretário Executivo diz que cabe a sua secretaria fazer,
295 repassando a moção aos meios de comunicação, oficialmente pela Secretaria de Estado,
296 fica a sugestão que os membros conselheiros façam também por outras vias, por não
297 poder assumir essas outras vias, podendo apenas assumir a publicação pela Secretaria,
298 comprometendo-se em fazer a divulgação, através dos meios de comunicação da
299 Secretaria de Estado. Voltando ao texto da moção nº 01 é pedido que confirme o texto já
300 aprovado anteriormente para certificação, sendo: “Indignados com a desconsideração

301 dos fundamentos e diretrizes da gestão da política estadual de recursos hídricos que
302 compartilha” tirando fora a frase: “...com a anulação participativa descentralizada dos...”.
303 Quando da continuidade a pauta da reunião no item que trata da moção nº02, é dada a
304 licença para que o Ângelo Lima – representante da WWF-Brasil fazer uso da palavra,
305 onde considera a importância que é sair dessa reunião com uma agenda diretamente
306 com o Deputado, o Presidente pra conversar, uma vez que já está indo pra segunda
307 votação. Quando é interrompido pelo Secretário Executivo que diz não poder agendar
308 pra essa semana, até porque tem que ver a agenda do Secretário e a agenda do
309 Presidente Londres, porque caberia ao Presidente do Conselho estar presente. Na
310 seqüência o Secretário Executivo pede para que seja dado o encaminhamento dos
311 nomes que comporão a comissão da entrega da moção ao Presidente da Assembléia,
312 sendo os que seguem: Antônio Vitor Lima Baptista, representante do IPRH; Sr. Álvaro
313 Borges, representando o Sindicato dos Médicos Veterinários; Ângelo Lima, representante
314 da WWF-Brasil; Sr. Roberto Coelho, representante dos usuários de recursos hídricos.
315 Ficando assim constituída a comissão, que junto com o Secretário e Presidente deste
316 Conselho - José Elias Moreira participarão da comissão: Roberto Coelho; Antônio Victor
317 Lima Baptista; Álvaro Borges e Ângelo Roberto Lima. O Senhor Secretário Executivo fica
318 com o compromisso de enviar aos conselheiros a data e o horário dessa reunião, pois
319 precisa ter as agendas do Secretário e do Presidente da Assembléia. O Secretário
320 Executivo pergunta se pode então passar para a moção nº 02, quando o Senhor Roberto
321 pede para fazer uso da palavra, sugerindo o encaminhamento oficial via correio
322 imediatamente e na seqüência fazer a entrega pessoalmente conforme a agenda da
323 desse pessoal. A sugestão é aprovada, acrescentar via e-mail também. Além do
324 Presidente da Câmara também deverão receber essa moção o Presidente da Comissão
325 de Meio Ambiente, Presidente da Comissão de Agricultura e aos demais deputados. É
326 novamente perguntado pelo Secretário Executivo quanto a possibilidade de ser dado
327 início a leitura da moção nº 02, não havendo nenhum impedimento é lida a referida
328 moção: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, CONSELHO
329 ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, MOÇÃO Nº 02, DE 17 DE MAIO DE 2006,
330 (Publicada no DOE em .../.../2006), Considerando as competências do Conselho
331 Estadual de Recursos Hídricos que lhe são conferidas pela Lei nº 2.406, de 29 de janeiro
332 de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 11.621, de 01 de junho de 2004, e tendo em
333 vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 01-CERH, de 25
334 de outubro de 2005; considerando as atribuições conferidas pela Lei 2.406 que ao
335 Conselho Estadual de Recursos Hídricos compete: Inciso I - Exercer funções normativas,
336 deliberativas e consultivas pertinentes à formulação a implantação e o acompanhamento
337 da política de recursos hídricos no Estado do Mato Grosso do Sul; Inciso X – analisar
338 propostas de alteração de legislação pertinente a recursos hídricos e a Política Estadual
339 de Recursos Hídricos; O Conselho Estadual de Recursos Hídricos vem a público se
340 manifestar contrário a forma de aprovação da Lei nº 3.183 de 21 de fevereiro de 2006,
341 que dispõe sobre a administração, proteção e a conservação das águas subterrâneas do
342 Estado e dá outras providências; sem esta Lei ter sido analisada, deliberada e
343 consultada pelo referido Conselho. Por último, o Conselho Estadual de Recursos
344 Hídricos questiona a legalidade da aprovação da Lei 3.183/2006 e tomará as
345 providências cabíveis. JOSÉ ELIAS MOREIRA, Presidente do Conselho. Também foi
346 aprovada essa moção na reunião passada. Com a palavra o Sr. Ângelo: Só pra trocar
347 uma proposta, conversou com o Felipe, que como é o primeiro Comitê, primeira Diretoria,
348 ele aceitou substituí-lo na entrega da moção na Assembléia, o Felipe Dias, o então
349 Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Miranda. Então como o primeiro
350 Comitê, tem uma importância estar junto nesse processo, embora já tenha sido

351 aprovada, essa é a sua sugestão, o Conselheiro Ramão estava comentando que foi
352 montada uma comissão em nível estadual, na qual participaram técnicos na área de
353 geologia, advocacia, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e da SANESUL, empresas
354 privadas e do Departamento de Produção Mineral, foi uma comissão bastante
355 representativa que discutiu exaustivamente, a Angélica participou, foi aproximadamente
356 um ano de discussão, propondo uma minuta de lei específica pra água subterrânea pro
357 Estado de Mato Grosso do Sul, então, a sugestão é que essa comissão possa fazer a
358 apresentação ao próprio Conselho, dessa minuta que já foi elaborada, para que o
359 Conselho tenha mais um ponto de partida na questão de contrapor essa lei aprovada a
360 revelia na Assembléia, em fevereiro. Com a palavra o Sr. Roberto, complementando a
361 sugestão diz que: o pessoal que fez esse trabalho, que apresente ao Conselho Estadual
362 de Recursos Hídricos, chamando um representante da Assembléia Legislativa para estar
363 acompanhando essa apresentação. A sugestão foi aprovada. Na seqüência é colocada
364 para aprovação a moção nº 02 e é considerada aprovada. O encaminhamento da moção
365 nº 02 também ocorrerá em conjunto com a moção nº 01 em comum acordo com os
366 conselheiros. Com a palavra o Sr. Álvaro Borges, representante da SINDIVET, diz que
367 esse assunto das moções já foi encerrado, a questão é que na última linha, fala,
368 posiciona que serão tomadas providências cabíveis. E a sugestão é que nesse momento
369 cabe ao Conselho articular quais seriam essas providências que seriam tomadas, dos
370 aspectos legais, buscando assessoria jurídica, impedir o andamento dessa lei,
371 considerando a existência de pessoas do próprio Conselho que podem dar as estratégias
372 mais eficientes. Com a palavra o Sr. Ramão: inicia sua fala dizendo que não esteve
373 presente na reunião anterior, portanto não está bem informado, e pergunta como é que
374 está a criação das câmaras técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a
375 resposta foi que não houve a criação de nenhuma até o momento, considerando
376 importantíssimo que esses assuntos possam ser tratados através da Câmara Técnica,
377 sugerindo que construa, agora, uma Câmara Técnica mesmo que provisória e aproveitar
378 a reunião pra examinar, coletar dados dessa pesquisa, pegar a lei antiga, da que foi
379 aprovada. "Tema inconstitucionalidade", não passou pelo Conselho Estadual, uma das
380 alegações foi que não estava estabelecido o Conselho Estadual, mas a lei Federal já
381 existia, então tudo isso tem que ser analisado juridicamente, não precisa vir outro
382 governo pra entrar no sistema, se não entrar vai ser aprovado já na 2ª votação, então o
383 quanto antes puder entregar ao presidente da Assembléia e pedir a suspensão desse
384 projeto, evita muita coisa. Na seqüência o Sr. Roberto faz uso da palavra dizendo que o
385 que está ocorrendo é que a sociedade em geral ainda não absorveu a lei de recursos
386 hídricos e a função do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, continua falando que o
387 nosso Secretário de Meio Ambiente tinha que fazer a parte política disso, a final de
388 contas ele é o Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ele está no cargo
389 por uma questão política, ele que tem os contatos com todos os deputados, porque a
390 primeira instância é a política, diz nunca ter visto o Secretário se manifestar sobre esse
391 assunto, diz ainda achar que essas leis afetam a pasta do Sr. José Elias como Secretário
392 de Meio Ambiente. Ele e o Sr. Walderi estão informados dos trabalhos dos Conselhos,
393 nos quais se empenharam na criação, então, acha que está faltando um pouco de
394 convenção política, sem querer criticar, mas é preciso o apoio da Secretaria do Meio
395 Ambiente nesse tipo de assunto. O Sr. Secretário Executivo faz o uso da palavra para
396 fazer uma interveniência quanto a participação dos representantes da Assembléia no
397 Conselho onde os representantes da administração pública, que são: SEPRODES,
398 SEHINFRA, Desenvolvimento Agrário, Estado de Saúde, SEPLANCT, Coordenação
399 Geral de Governo e Assembléia Legislativa, então quanto ao questionamento da
400 presença de representantes da Assembléia, fazem parte da composição do Conselho, é

401 interessante que durante a visita ao presidente Londres, reforce também a participação
402 do representante da Assembléia Legislativa nas reuniões do Conselho, que nunca
403 compareceu e tem como representantes os Deputados Paulo Correa e o Semy Ferraz,
404 titular e suplente respectivamente. Então sugere solicitar a participação dos nobres
405 deputados às reuniões do Conselho. Com a palavra a Sr^a Angélica se apresenta dizendo
406 que pertence ao Órgão Gestor dos Recursos Hídricos e participou da comissão de
407 elaboração da proposta de lei das águas subterrâneas para o Estado de Mato Grosso do
408 Sul e pergunta se a apresentação a ser feita é para todo o Conselho na próxima reunião
409 ou somente para uma câmara técnica, sendo que foi respondido que é pra todo o
410 Conselho na próxima reunião, pergunta ainda se é possível à participação de algum
411 componente da equipe do órgão gestor pra acompanhar os trabalhos das câmaras
412 técnicas, principalmente na questão da implantação dos instrumentos de recursos
413 hídricos. Com a palavra o Secretário Executivo observa que não temos representante do
414 Ministério Público no Conselho de Recursos Hídricos, então sugere que, como membro
415 do Conselho, seja feita uma avaliação da possibilidade da inclusão de um representante
416 do Ministério Público no Conselho, para que as dúvidas sejam sanadas em tempo real,
417 dentro das questões que são colocadas, fala isso porque no Conselho Estadual de
418 Recursos Pesqueiros há a participação muito efetiva do Ministério Público e graças à
419 participação deles tem se conseguido alguns avanços. A Procuradoria Geral do Estado
420 tem dado toda a assessoria, existe a questão dos interesses difusos onde o
421 representante é do Ministério Público, portanto é sugerido ao plenário a inclusão dessa
422 proposta vinda dos conselheiros que submeterá a avaliação na próxima reunião a
423 inclusão de um representante do Ministério Público. O Sr. Ramão faz uso da palavra
424 falando do cuidado que se deve ter para não ferir os princípios da própria lei, a
425 proporcionalidade entre os usuários, o governo..., então se tiver que tirar alguém do
426 Estado pra entrar o Ministério Público permaneceria o equilíbrio, no momento que não
427 tem, vai haver uma supremacia de algum dos poderes, mas é interessantíssima a
428 participação do Ministério Público, já que a PGE inclusive não está no CERH e faz parte
429 do CECA, então deveria ser mesmo uma parte da legislação o que seria um apoio
430 técnico muito bom. Na seqüência o Sr. Roberto Coelho representante da ATRATUR, faz
431 uso da palavra para dizer que em relação ao Ministério Público, tem que observar a lei, o
432 regimento interno e ver como é que faz para entrar, porque às vezes é o caso de tirar
433 alguns órgãos públicos que não estão comparecendo, pelo critério do número de faltas
434 nas reuniões, sendo preciso fazer um estudo do regimento pra trazer uma proposta na
435 próxima reunião. Quanto ao encaminhamento dessa moção que foi discutida caso não
436 aconteça é sugerida a criação de uma Câmara Técnica provisória de águas subterrâneas
437 e essa chamasse o pessoal que já fez o estudo e estudasse como que foi feita a
438 aprovação dessa lei, essa lei foi de iniciativa do executivo, de algum deputado, entender
439 como é que foi esse processo e propor qual seria a medida. Hoje não cabe discutir o
440 pedido de inconstitucionalidade. Deixa o pessoal trabalhar com calma e depois será visto
441 o encaminhamento. De repente é muito fácil a Assembléia revogar a lei e querer criar
442 outra, não é preciso fazer uma briga jurídica, esse assunto vai ser mais simples do que
443 parece, em sua opinião. Com a palavra o Senhor Secretário Executivo – Thomaz numa
444 questão de ordem, em termos de colocar a discussão da inconstitucionalidade, foi no
445 sentido de precaução, que nas próximas situações, tenha um representante do Ministério
446 Público pra detectar possíveis ações dessa natureza, onde haja o entendimento ou a
447 discussão de inconstitucionalidade, essas ações possam ser discutidas com a presença
448 do Ministério Público. Está previsto no regimento interno do conselho em seu artigo 24
449 que a ausência injustificada por três reuniões, imediatamente exclui a entidade, e foi
450 falado nessa reunião que determinada entidade já não se fez presente, e hoje é a 4^a

451 reunião, não se sabe se cabe a exclusão imediata ou uma substituição de representante,
452 mas já está previsto isso. Ao senhor Secretário Executivo – Thomaz Lipparelli fica com a
453 incumbência de fazer um diagnóstico, observando o regimento, e se for o caso da
454 retirada da instituição será apresentado como uma proposta na próxima reunião do
455 conselho, já indicando uma substituição de instituição, ou se for o caso juridicamente
456 será avaliado a substituição do representante, com acompanhamento da assessoria
457 jurídica para ser feito da melhor maneira possível. Continua sua fala pedindo desculpas a
458 alguns conselheiros que receberam uma pauta, e havia uma pauta prévia anteriormente
459 a sua chegada à Superintendência e foi revisada e foi descoberto que não poderia mais
460 indicar representante para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, explicando o
461 motivo, disse que foi recebido um ofício do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
462 buscando a nova composição do conselho, esse documento foi encaminhado a SEMA
463 via fax, não chegou o original, veio somente via fax, constando prazo limite pra indicação
464 até o dia dois de agosto, essa composição seria para representantes dos Conselhos
465 Estaduais, então deveria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos indicar um
466 representante para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o prazo limite dia foi 02
467 de agosto, e esse documento chegou em mãos dia 02 de agosto às nove horas e trinta
468 minutos, então não houve tempo hábil para convocação de reunião extraordinária, se
469 fosse para indicar um representante seria fácil, mas indicar um representante indicado
470 pelo Conselho Estadual no mesmo dia foi impossível. O secretário executivo disse ainda
471 ter feito contato com o Sr. João Senra, Secretário Executivo do Conselho Nacional de
472 Recursos Hídricos e manifestou a impossibilidade de Mato Grosso do Sul estar
473 apresentando um nome, porque não teria tempo hábil para convocação nem para uma
474 reunião extraordinária, então sugeriu que o assunto fosse discutido pelo Conselho. Dá
475 continuidade a sua fala dizendo que o que poderá ser feito é uma pressão política para
476 com o Secretário Executivo, ainda não se sabe se já foi publicada, não foi feito mais
477 contato com ele, então sugere que mesmo com o tempo já esgotado seja feita a
478 indicação fora do prazo, na expectativa de que possam ser atendidos. Com a palavra o
479 Sr. Eduardo Coelho representante da ATRATUR que pergunta se é para ser indicado um
480 representante para concorrer numa eleição ou cada Estado tinha um representante,
481 quando é respondido que é cada Estado. Continuando a fala o Sr. Eduardo diz que em
482 função de não terem mandado a comunicação formal, embora talvez não deva ser citado
483 isso, pois poder ser que mandaram e foi perdido pela burocracia Estadual. Então a
484 sugestão é que seja feita a eleição hoje para eleger um representante e mandar para lá,
485 justificando que nós recebemos o fax fora de hora, por isso estamos indicando também
486 fora de hora, não devemos ficar fora desse Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
487 Com a palavra o Senhor Secretário Executivo faz a leitura do fax recebido: a Portaria
488 MMA de 26/2005 designou os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e respectivos
489 representantes para o cargo de membros titulares e suplentes no Conselho Nacional de
490 Recursos Hídricos – CNRH, com mandato até 25 de março de 2006. Considerando fim
491 do citado mandato, convidamos vossa senhoria para participar da reunião de indicação
492 da nova composição dos Conselhos Estaduais no CNRH, triênio 2006 – 2009, que será
493 realizada no próximo dia 02 de agosto, com início previsto pra às 14 horas, então seria
494 na verdade o Presidente que estaria participando da reunião levando a indicação dos
495 nomes, a pauta da reunião inclui ainda a indicação dos Conselhos Estaduais para
496 integrar a proposta de nova composição das seguintes câmaras técnicas do CNRH:
497 Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH; Assuntos Legais e Institucionais –
498 CTIL; Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos –
499 CTEM; Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB. Lembramos que a indicação
500 de representantes para as câmaras técnicas do CNRH, não implica que os mesmos

501 tenham participação no Plenário do CNRH ou nos respectivos Conselhos Estaduais.
502 Então fica aberta a indicação também para as câmaras técnicas. Informações
503 complementares, bem como a confirmação da presença de Vossa Senhoria, que seja
504 feita até o dia tal no horário tal, telefone tal. Continua dizendo que a deliberação é nossa,
505 a indicação do representante para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e seu
506 suplente. Dado o encaminhamento se compromete em falar com o Sr. João Senra e ver
507 também a composição, repassando aos conselheiros a respeito das câmaras técnicas,
508 pedirá mais informações, porque não conhece o regimento do Conselho Nacional, diz
509 ainda precisar ler o regimento do Conselho Nacional para entender o funcionamento das
510 câmaras técnicas do Conselho Nacional, foi colocado também a indicação de
511 representantes dos Estados na nova composição das câmaras técnicas do Conselho,
512 então propõe o seguinte: primeiro a indicação do nome do representante que será
513 indicado e o seu suplente; segundo solicita mais informações a respeito das câmaras e
514 repassa aos conselheiros pra que possam se identificar com essas câmaras e fazer a
515 sugestão de nomes, diz não poder falar o que é cada uma, só foi colocado em forma de
516 fax. Com a palavra o Senhor Lincoln Curado, representante da FAMASUL que se
517 apresenta como representante da Federação no Conselho Nacional de Recursos
518 Hídricos e participou da eleição das câmaras técnicas e do setor do Conselho, no dia
519 vinte e quatro de agosto de dois mil e seis, foi a plenário a composição das novas
520 câmaras técnicas, são quatro num total de dez que o Conselho Nacional tem e os
521 Conselhos Estaduais de todos os Estados estavam lá com as suas indicações, faltou o
522 nosso, e as câmaras técnicas do dia vinte e quatro foi aprovada a nova composição,
523 portanto não há mais possibilidade de adentrar ao processo, mas se aconteceu o que foi
524 falado que só dia dois que foi avisado, parece que no Conselho Nacional até para marcar
525 presença para futuros compromissos e ficar numa suplência, também com duas faltas a
526 instituição perde a vaga, considerando importante a habilitação deste Conselho novo e
527 adquirir a experiência do Conselho Nacional, que já funciona desde mil novecentos e
528 noventa e nove. Correto é lembrar que na reunião de maio deste Conselho, na ata
529 consta essa preocupação de que o Estado tinha que se manifestar quanto à eleição e a
530 reunião para fazer a votação, não aconteceu, diz ainda que levantou a questão para não
531 perder as vagas. Na seqüência o Sr. Roberto fala estar de acordo com a proposta de
532 encaminhamento que o Secretário Executivo fez, propondo aos demais membros do
533 Conselho a definição dos nomes desses representantes, sugere o nome do Lincoln, mas
534 como o Sr. Lincoln está como representante da FAMASUL no Conselho Nacional não
535 poderá aceitar, então o Sr. Roberto propõe que comece a discutir um nome. O secretário
536 Executivo pergunta ao Sr. Roberto se ele não se habilita. Abrindo então a proposta a
537 quem interessar representar o Estado de Mato Grosso do Sul no Conselho Nacional e o
538 suplente também. O Antônio Victor está submetendo seu nome, o senhor Álvaro como
539 suplente. Pergunta ainda se mais alguém gostaria de colocar o nome pra votação. O
540 senhor Ângelo faz uso da palavra dizendo que está indo na linha do Lincoln, que sabe da
541 importância não está indo contra a nenhum dos nomes já indicados, mas acha que o
542 Estado deveria estar presente nesse Conselho Nacional, é fundamental o órgão gestor
543 estar presente no Conselho Nacional. Por mais que possa estar fortalecendo esse poder
544 para estar claro, também ao mesmo tempo estar cobrando as coisas que é papel do
545 Estado, entende que seria importante o Estado estar presente também. O Senhor
546 Secretário Executivo fala que o Sr. Roberto coloca o nome para votação e pergunta se
547 tem mais alguém interessado. Em relação a representação do Estado, não pode
548 responder, mas seria interessante o presidente do Conselho fazer parte, é a sua opinião,
549 o Secretário Executivo se fosse de carreira do órgão até poderia ser. Diz ainda que o
550 tempo é muito curto para assumir e depois ter que submeter uma mudança de nomes,

551 mais ficaria lisonjeado em poder representar se fosse possível, seria membro do
552 Conselho e não funcionário do Estado. Com a palavra a senhora Belkiss, representante
553 da UNIPAN, pede mais atenção com relação a atas, por ter assuntos importantes. Na
554 linha oitenta e três consta: foram dados os seguintes informes; que no dia dois de julho
555 será renovada, e é junho e não julho, a cadeira do Conselho Nacional de Recursos
556 Hídricos, sendo que para o Estado o número de vagas foi aumentada de dez para
557 quatorze e é solicitado ao Conselho Estadual a indicação de um representante para
558 tomar posse junto ao Conselho Nacional e que isso se lembra pessoalmente que a Maria
559 Antônia falou que o nosso Estado está como suplente do Estado do Paraná no Conselho
560 Nacional representando o CONESUL. Com a palavra o Sr. Álvaro Borges, representante
561 da SINDIVET, relembra o que tínhamos definido na lei de recursos hídricos, que o
562 Secretário tinha que ser um externo desse Conselho, e passar numa emergência, uma
563 alteração na própria lei que criou e colocaram o Secretário como Presidente do Instituto
564 de Meio Ambiente Pantanal, infelizmente esse é o resultado que deu, pergunta ainda, o
565 que fazer? Considera importante a votação e a participação, tentar mudar isso, não
566 deixando passar despercebido esse tipo de situação. O senhor Secretário com o uso da
567 palavra alerta para a questão de ordem, a questão é que o fax foi recebido isso no dia
568 dois, não poderia ser indicado sem ter uma solicitação explícita do Conselho Nacional, a
569 indicação não poderia se feita sem solicitação, foi colocada a data e o horário recebido,
570 dia dois de agosto às nove horas e trinta minutos da manhã, a proposta que fez no início
571 é com os nomes em mãos, tentar junto ao Secretário Executivo – Sr. João Senra,
572 sensibilizá-lo, então informando-o da situação, o fato foi que não foi recebido e foi
573 procurado ver a possibilidade de ter recebido o documento oficial, também não foi
574 recebido, então não foi protocolado nenhum documento, caso contrário poderiam até
575 questionar, foi recebido o fax que está aqui, que não é documento, então tentará articular
576 junto ao Conselho Nacional e reconsiderar a indicação do representante do Mato Grosso
577 do Sul fora do prazo estabelecido pelo Conselho. O senhor Roberto F. Coelho faz uso da
578 palavra que diz: “O nosso Governo de Estado editou um decreto nomeando como
579 presidente do Conselho o chefe da Secretaria de Meio Ambiente”. O senhor Secretário
580 Executivo pede que voltem ao tema da pauta, dizendo: “Cabe a mim como representante
581 aqui da Secretaria, vou identificar juridicamente esta questão e apresentar aos senhores
582 na próxima reunião”. “A sugestão é que na próxima reunião do Conselho façamos uma
583 apresentação da questão e submetemos juridicamente o encaminhamento, não cabe a
584 nós ficar discutindo lei nem procedimentos as serem adotados”. “Voltamos então ao
585 assunto, essa questão de que tinha sido excluído da pauta em decorrência desse
586 documento encaminhado com o prazo já estipulado, então decidimos agora o
587 encaminhamento da indicação, temos dois nomes já como titulares: Senhor Antônio
588 Victor representante do IPRH e o Senhor Roberto Coelho como representante dos
589 usuários, façamos então uma eleição e vamos indicar aqui um representante, só um
590 suplente o senhor Álvaro Borges, e agora também o Sr. Ramão Jardim. Procedimentos
591 de votação: voto aberto, pergunta se há alguma oposição, não havendo segue a votação
592 em aberto. O senhor Eduardo Coelho, representante da ATRATUR pede a vez para fazer
593 uso da palavra, é concedida que propõe que cada candidato a titular fizesse uso da
594 palavra por um minuto, no máximo dois para se apresentar, para ser feita uma votação
595 mais balizada. O Sr. Secretário Executivo aceita a sugestão, que pede ao Senhor
596 Antônio Victor a sua manifestação por um minuto cronometrado. Fazendo uso da palavra
597 o Sr. Antônio Victor Baptista se identifica como representante do Instituto de Pesquisa
598 em Recursos Hídricos – IPRH, como conselheiro suplente falando: “Eu me candidato
599 para o cargo de Conselheiro Nacional por se um especialista da área, sou técnico
600 especialista em recursos hídricos, já fomos da câmara técnica de gestão de águas

601 transfronteiriças de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos pelo
602 IPRH, e teria no meu modo de ver, muito a contribuir para este Conselho dentro do
603 Conselho Nacional.” Com a palavra o Sr. Roberto Coelho, representante da Associação
604 dos Produtores de Arroz e Irrigantes fala: “Eu represento os usuários da água no Estado
605 e não tenho tanta qualificação técnica para a questão de recursos hídricos, mas
606 represento os interesses do pessoal que consome e utiliza a água para irrigação no
607 Estado e temos reportes que o companheiro Lincoln que tem freqüentado o Conselho
608 Nacional de Recursos Hídricos, a nossa posição lá está muito fraca, parece que o
609 Conselho Nacional é chapa branca, os usuários tem perdido via de regra lá. Minha
610 preocupação é que seja bem representado, tenha tempo e recursos pra poder estar indo,
611 como, passagens, hotel e tempo para poder se dedicar à atividade. Por isso que num
612 primeiro momento eu não quis colocar o meu nome. O senhor Secretário Executivo pede
613 aos suplentes para que também façam uso da palavra. Então o Sr. Álvaro Borges se
614 manifesta falando: “Sou representante do Sindicato dos Médicos Veterinários e a gente
615 vem trabalhando na área produtiva, tenho vários interesses, estou tendo vários
616 problemas na elaboração de projetos de produção tanto na agricultura quanto na
617 pecuária, enfim , acho que é um dos pontos fortes do Mato Grosso do Sul, o
618 agronegócio, e realmente nós temos problemas complicadores enormes, leis
619 completamente inadequadas as nossas necessidades, coisas que impedem o progresso
620 do Mato Grosso do Sul. Então estou propondo a ser suplente, por achar que tem
621 pessoas com maior gabarito para assumir a titularidade e com o intuito inclusive de
622 aprender mais e trazer pra vocês e para nós também esse conhecimento e ainda me
623 considero na fase de aprendizado desse processo por isso coloco meu nome na
624 suplência, com essa visão de implementar a produção do nosso Estado e também
625 acoplada a preservação das questões do Meio Ambiente. O secretário Executivo pede ao
626 Sr. Ramão Jardim que faça uso da palavra, assim sendo dá início a sua fala dizendo: “
627 Com relação a recursos hídricos estou envolvido a bastante tempo para formatação da
628 lei, as auditorias públicas que foram realizadas no interior em número de vinte e sete. Eu
629 realmente não sou consultor independente, represento os engenheiros agrônomos, mas
630 como suplente tenho a certeza que tenho que estar a altura do meu titular, porque se não
631 como que posso representar numa emergência, e eu nessa parte de recursos hídricos eu
632 gosto, sou apaixonado, apesar de não ser advogado, eu gosto de ver como se faz, por
633 que se simplesmente uma resolução ou uma lei passa lá numa câmara técnica, pode
634 prejudicar enormemente, só pra exemplo: no caso de citarmos a questão do uso da
635 água, conforme estava previsto na lei original que foi paga uma consultoria muito cara
636 aqui no Estado. E na lei original previa que em cento e oitenta dias entraria a cobrança
637 pelo uso da água. Nas vinte de cinco ou vinte e sete audiências públicas, o que foi que a
638 gente fez foi procurar ouvir primeiro a sociedade, então se cria os primeiros Comitês, pra
639 depois esses Comitês dizerem que é uso insignificante, porque se numa “Amazônia” o
640 uso insignificante pode ser milhões de metros cúbicos, mas num rio como o que permeia
641 Dourados a região de Bonito, Bodoquena que são de pouco volume de água, poucos
642 litros podem representar um uso já não tão insignificante como prevê a lei. Então é nessa
643 necessidade que eu predisponho a poder auxiliar ou representar, quando estiver a altura
644 do próprio indicado por vocês como titular. Na seqüência é aberta uma réplica de trinta
645 segundos para o Senhor Roberto se expressar, que fala: eu acredito que tem que ser
646 dado uma chance aos usuários para poder estar se defendendo lá em Brasília, a
647 situação do Mato Grosso do Sul é única, o único Estado que tem uma disponibilidade
648 semelhante a nossa é o do Amazonas e nós pra que sejamos um Estado desenvolvido,
649 precisamos utilizar bem nossos recursos hídricos de maneira inteligente e sustentável e
650 como proprietário rural, a gente tem um projeto de irrigação que demonstra bem isso, a

651 convivência harmoniosa da produção com o ambiente muito sadio para o ser humano e
652 também para os animais, porque uma operação turística que por lá passam oito mil
653 pessoas por ano, ficam maravilhados com a fauna, com a vida que encontram lá e mais
654 maravilhados ainda pelo fato daquilo estar convivendo com a produção humana, então
655 acho que tenho que levar esta mensagem para Brasília e peço o voto de vocês para isso,
656 obrigado. Com a palavra o Sr. Antônio Victor, que diz: “No meu modo de ver eu como
657 sendo o representante do Conselho Estadual no Conselho Nacional, eu represento os
658 diversos setores, tanto de usuários como o da sociedade civil, como os dos técnicos
659 também, então esta representação no meu modo de ver teria que ser mais abrangente
660 por estar o Conselho, não o segmento que faz parte do Conselho, então eu teria que ter
661 uma postura mais ampla por ser representante do Conselho, esse é meu modo de ver,
662 obrigado”. O Secretário Executivo faz uso da palavra abrindo a votação. Ao término da
663 votação é feita a leitura dos votos, pelo Secretário Executivo, para registro. Votos para
664 Antônio Victor: Antônio Victor; Alexandre; Adevanir; e Ariane. Para Roberto: Carlos;
665 Roberto Coelho; Geancarlo; Álvaro; Eduardo; Paulo César; Eduardo e Lincoln. Ficando
666 oito votos para Roberto Coelho e quatro votos para Antônio Victor. O representante fica o
667 Roberto Coelho. Foi assim encaminhado à eleição de indicação do nome do Roberto
668 Coelho pela maioria de votos, registrando assim em ata. Segue nesse momento a
669 votação para a suplência, os candidatos são: Ramão Jardim e Álvaro Borges. Ao término
670 da votação o Sr. Ramão Jardim foi o mais votado com nove votos a três do Sr. Álvaro
671 Borges. É parabenizado a todos pela eleição. O Senhor Roberto com o uso da palavra
672 faz algumas considerações agradecendo os votos recebidos e aos que não votaram nele
673 também faz agradecimento e considera que o importante é estar bem representado o
674 nosso Conselho e espera contar com as sugestões e o que vejam ser importante para
675 que assim possa bem representar. Deseja que essa eleição não signifique alguém deixar
676 de falar o que tem que ser dito. O Sr. Secretário Executivo pergunta ao Sr. Lincoln se
677 deseja fazer sua defesa da câmara técnica da água subterrânea. Quando o Sr. Lincoln
678 inicia sua fala dizendo que não é bem a sua defesa é a defesa do Conselho Estadual,
679 que na ata do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e cinco ficou sugerida a
680 criação de duas câmaras técnicas, seria a câmara técnica dos instrumentos de gestão e
681 a outra Institucional e Legal, então foi indicado um coordenador para cada câmara pra
682 começar os trabalhos, inclusive não foi indicação de sua pessoa e sim quanto a volta
683 desse assunto em pauta pra realmente aparelhar o Conselho Estadual e o plenário
684 realmente deliberar. A instalação dessas duas câmara técnica é fundamental para o bom
685 andamento do plenário, inclusive a palavra não é temporal nem temporária, quando foi
686 sugerida a criação falou-se em permanente, são câmaras que vão acompanhar a vida do
687 Conselho Estadual. Com a palavra o Sr. Geancarlo Lastória – UFMS: “independente
688 dessas duas câmaras que foram propostas em caráter permanente em função dessa
689 moção nº 02 que foi aprovada, eu sugiro em caráter temporal, a criação de uma
690 específica de águas subterrâneas para que o Conselho discuta nesse assunto e dê
691 algum encaminhamento. O Sr. Secretário Executivo usando da palavra faz a confirmação
692 da sugestão dada, ficando a criação de uma câmara temporal para águas subterrâneas.
693 Na seqüência o Sr. Ramão usando da palavra fala que na realidade já existe uma
694 instrução normativa nº 05 que cria praticamente a câmara técnica e assuntos
695 institucionais, eram as duas câmara que deveriam existir. Essa foi passado para
696 Secretaria fazer nesses moldes e apresentar, pra que se nomeasse sete titulares que
697 seriam as permanentes. As temporárias seguiriam conforme os assuntos específicos,
698 exemplo essa câmara técnica de águas subterrâneas que é muito importante, mas seria
699 temporária e as duas seriam definitivas, então daria como sugestão a indicação entre os
700 sete membros que se adequar mais com os assuntos direcionados. O Sr. Secretário no

701 uso palavra se coloca a disposição para fazer um convite a todos os que se
702 comprometerem indicando seus nomes para fazer essa apresentação. O Sr. Ramão no
703 uso da palavra fala que isso foi sugerido na última reunião, que ele próprio e o Sr.
704 Antônio Victor fizeram apresentação e eram para ser o coordenador o Sr. Antônio Victor
705 da Institucional por ser advogado e ele da câmara técnica por ser técnico, já houve essa
706 consulta, porém os nomes não foram indicados por ter que sujeitar ao plenário para que
707 o plenário indicasse os membros, o que poderá ser feito é uma extraordinária,
708 dependendo da pressa devida e convocar para escolha dos membros da comissão
709 permanente institucional e técnica e então cria-se as provisórias. Já vai para a pauta, na
710 próxima reunião já tem aprovação dos nomes, e cada entidade indica em qual daquelas
711 que se age. Outra sugestão é de colocar em pauta também uma apresentação de quem
712 já fez esse estudo sobre as águas subterrâneas, o Sr. Gean pode convocar esse pessoal
713 para apresentar na próxima reunião. Agradecendo todos os votos diz que todos vamos
714 trabalhar juntos, se coloca a disposição para qualquer assunto que puder auxiliar a
715 qualquer pessoa a qualquer Entidade. O Sr. Eduardo com o uso da palavra fala que o
716 importante é que o representante no Conselho Nacional traga todos os documentos que
717 receber para o arquivo na secretaria do nosso Conselho Estadual, sugere ainda que
718 sejam relacionadas todas as câmaras técnicas a serem criadas para que a criação de
719 todas sejam feitas de uma só vez, sugerindo que o Sr. Ramão auxilie nesse trabalho,
720 considerando a sua experiência. Assim é anotada a sugestão pelo Secretário Executivo
721 para ser dado o encaminhamento. Com a palavra a Sr^a Angélica diz que no regimento
722 interno consta que o número de câmaras técnicas a serem criadas é de no máximo seis
723 com o objetivo de atender todo o Conselho. Se fosse por instrumentos de gestão, por
724 exemplo, teria que ser cinco câmaras técnicas, então que mantivesse, mas o conselho
725 deveria discutir essa questão, de quantas câmaras são necessárias e qual a atribuição
726 de cada uma delas e ainda manter a sua proposta de que para as câmaras técnicas não
727 se esquecerem de chamar a equipe que trabalha na gestão de recursos hídricos. O Sr.
728 Ângelo se manifesta favorável a sugestão da colega, mas coloca que o importante é não
729 atropelar e que está bastante clara quanto a criação das duas câmaras técnicas: a de
730 Assuntos Legais e a de Instrumentos, e o melhor é criar primeiro essas, o fundamental é
731 reforçar a necessidade de que isso ande, porque este é o papel das câmaras técnicas,
732 procurar informações dos acontecimentos na Assembléia, para que não se perca o
733 “bonde”, porque está se perdendo alguns bondes. Uma vez que é só a reunião do
734 Conselho e a câmara técnica é aquela que se reúne mais frequentemente, por se mais
735 fácil em função de o número de pessoas ser menor. Dá ênfase a questão da criação
736 dessas duas câmaras técnicas o mais rápido possível. Diz ainda que em relação as
737 águas subterrâneas, esta seria uma câmara técnica temporária e possivelmente terá
738 uma câmara técnica temporária para o Plano Estadual de Recursos Hídricos, por estar
739 para ser executado, uma vez que já está acontecendo contratação aqui. Na seqüência o
740 Secretário Executivo se reporta a plenária para o encaminhamento das propostas
741 colocadas, a primeira é o encaminhamento de todas as câmaras técnicas. O senhor
742 Eduardo reformula a sua proposta dizendo que se pudesse estudar não criar todas, mas
743 criar três ou quatro mais importantes, mesmo que em caráter temporário, dando
744 condições de uma participação maior, pois as vezes a pessoa não vai ser candidato na
745 câmara técnica de instrumentos, mas ele quer participar de uma outra câmara técnica,
746 então substitui, criar três ou quatro e o Ramão traria uma proposta de qual seria os
747 nomes dessas câmaras pra ser criado na próxima reunião. O secretário executivo pede a
748 colaboração do Conselheiro Ramão para que encaminhe essas sugestões para que
749 façamos a apresentação na próxima reunião do conselho. Pergunta se há mais algum
750 questionamento, não havendo, fica assim decidido em relação à criação das câmaras

751 técnicas. É dada a licença para que o Sr. Ramão faça uso da palavra que fala que depois
752 desse posicionamento gostaria que saísse com pelo menos quatro ou cinco pessoas pra
753 ser estudado a participação nas câmaras técnicas, pedindo a cooperação da própria
754 SEMA, convida o Conselheiro Lincoln, fala ainda: “ professor que sabe das águas
755 subterrâneas, os dois suplentes nosso para que a gente já tratasse de fazer essa
756 comissão, estaria bem múltipla a câmara, nós teríamos um veterinário, um doutor das
757 leis, dois professores da Universidade, então estaríamos bem representados para não
758 assumir sozinho a responsabilidade dessas câmaras, gostaria de fazer o seguinte:
759 depois da eleição vamos fazer essa reunião, a primeira reunião de trabalho. O Senhor
760 Secretário disse que a sugestão foi aceita por esta secretaria, pedindo ao Sr. Ângelo
761 para fazer uso da palavra encerrando nossa sessão. O Senhor Ângelo agradece pela
762 honra e comunica que o governo itinerante do WWF BRASIL do Programa “Água para
763 Vida – Água para Todos” está acontecendo no Parque das Nações Indígenas com o
764 apoio da Secretaria de Estado, do IMAP. A exposição itinerante tem como tema Água,
765 voltada especialmente para o público de zero aos dezesseis anos, mas a grande maioria
766 dos adultos que visitam, especialmente aos finais de semana, tem gostado muito, então
767 convida a todos para que visitem também. Foi feito um treinamento com os monitores e
768 voluntários que estão trabalhando na exposição itinerante, foi feita uma apresentação
769 para eles enfatizando a questão do Estado, inclusive até foi usado o caderno regional
770 das Bacias Hidrográficas do Rio Paraguai, das informações mais recentes para que eles
771 possam estar discutindo com as crianças e adolescentes. Também consegui o caderno
772 regional do Paraná para falar da Bacia do Paraná. A exposição vai até o dia quinze de
773 outubro. Esta exposição tenta trazer a importância de que trabalhemos a questão dos
774 recursos hídricos, componente esse que é trabalhado aqui, contribuição dada à SEMA
775 junto com outros parceiros na constituição do Comitê do Miranda e na Gestão de
776 Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso do Sul, finalizando com agradecimento. O
777 Senhor Secretário Executivo parabeniza ao Sr. Ângelo pelo trabalho e comunica que
778 após as considerações finais que o Sr. Conselheiro Álvaro Borges deverá fazer, dará por
779 encerrada a reunião. O Sr. Álvaro Borges, representante do Sindicato dos Médicos
780 Veterinários no uso da palavra parabeniza o grupo pela lição de democracia que foi dada
781 e diz que realmente em termos de conhecimento, o Conselheiro Ramão conhece muito
782 mais que ele próprio e a eleição foi muito bem feita e se coloca a disposição para ajudar
783 o grupo todo e agradece pelos votos obtidos. O Sr. Secretário Executivo agradece a
784 todos pela presença, parabenizando os novos conselheiros e as resoluções que foram
785 tomadas e como Superintendente de Recursos Hídricos e da Pesca se coloca à
786 disposição de todos, agradecendo e finalizando a reunião. Após estes
787 encaminhamentos, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião,
788 lavrando-se a presente ata que vai assinada pelo Secretário Executivo do CERH,
789 Conselheiros e por mim Adriana Aparecida dos Santos que a lavrei.

790

791

792 Campo Grande-MS, 17 de maio de 2006.

793

794

795

796 **Thomaz Lipparelli**

797 Secretário Executivo do CERH/ GRH-IMAP

798 Suplente-SEMA

799

800

Carlos Henrique Lemos Lopes

Conselheiro Titular/ SEPROTUR

801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850

Márcio Luiz Calado
Conselheiro Suplente / SEPROTUR

Alexandre Luis Giehl
Conselheiro Titular/ SDA

Rodrigo Cazelli
Conselheiro Suplente – CIABRI

Daniela Almeida Nantes
Conselheira Titular Substituto/ CIDEMA

Nilo Peçanha Coelho Filho
Conselheiro Suplente / COINTA

Ramão E. F. Jardim
Conselheiro Titular / AEAMS

Álvaro Francisco Martins Borges
Conselheiro Suplente / SINDIVET

Ariane Sirugi
Conselheira Suplente Substituta / Águas
Guariroba

Paulo César C. Gomes da Silva
Conselheiro Suplente/ CODESP-AHIPAR

Eduardo Corrêa
Conselheiro Suplente/ MS-PEIXE

Eduardo Francisco dos Santos
Conselheiro Titular/ SEHINFRA

Paulo Sérgio Gimenes
Conselheiro suplente / SDA

Adevanir Fátima da Silva
Conselheira Suplente/ SEPLANCT

Giancarlo Lastória
Conselheiro Titular/ UFMS

Antonio Victor L. Baptista
Conselheiro Suplente/ IPRH

Luiz Carlos Ferreira
Conselheiro Titular/ SODEPAN

Belkiss Gomes Nunes Gratão
Conselheira Suplente / UNIPAN

João Augusto Dias
Conselheiro Suplente/ FIEMS

Lincoln Correa Curado
Conselheiro Titular/ FAMASUL

Thiago Arantes
Conselheiro Suplente/ Sindicato Rural

851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900

Roberto Folley Coelho
Conselheiro Titular/ APAI

Eduardo Folley Coelho
Conselheiro Titular/ ATRATUR

Adriana Aparecida dos Santos
SEMA/ IMAP